MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ÁREA: Cidade e Habitação

DISCIPLINA (obrigatória): Direito Urbanístico e Direito à Moradia

Disciplina em conjunto com o mestrado de Direito e Política Pública

PROFESSOR: Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona

ANO/SEMESTRE: 1º semestre de 2019

DIA/HORÁRIO: quintas-feiras, 9:30/12h

INÍCIO AULAS: 21/02/2019

EMENTA:

1. Teoria da Constituição; 2. Sistema de proteção dos direitos fundamentais; 3. Direitos sociais e sua efetividade; 4. Direito de moradia como direito fundamental; 4. Direito de construir e seus limites; 5. Política habitacional; 6. Saneamento básico; 7. Noções de Direito Registral Imobiliário; 8. Parcelamento do solo urbano; 9. Regularização Fundiária Urbana.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

***Objetivo Geral*:**

Conhecer e compreender os principais temas e institutos relacionados ao Direito à Moradia Sustentável.

***Objetivos Específicos*:**

a) conhecer e analisar o sistema internacional e constitucional de proteção do direito à moradia como elemento de efetivação da dignidade da pessoa humana;
b) conhecer, analisar e discutir a política habitacional federal e distrital;
c) conhecer, analisar e discutir a Política Nacional de Saneamento Básico;
d) conhecer e analisar os principais aspectos do Direito Registral Imobiliário e do parcelamento do solo urbano;
e) preparar o aluno para os desafios trazidos pela regularização fundiária sustentável de assentamentos informais urbanos;
f) conhecer, analisar e discutir as novidades trazidas pela Lei nº 13.465/2017, bem como os instrumentos urbanísticos de regularização fundiária urbana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E METODOLOGIA:

A disciplina está estruturada em três módulos, que combinam exposições teóricas, debates, seminários e orientações para a produção do trabalho final. Como recursos didáticos serão utilizados os textos de referência e outros a serem complementados pelos alunos expositores, pelo potencial reflexivo e didático de tais instrumentos. O módulo I contará com aulas expositivas do professor; os módulos II e III contarão com seminários apresentados pelos alunos, preferencialmente por dois alunos em conjunto, de mestrados diferentes (Direito e Arquitetura).

O curso utiliza o método da análise de casos conjuntamente com a aplicação de teorias. A intenção é que o aluno possa identificar como as teorias que ele aprende podem ser aplicadas em casos concretos, quais são seus limites e possibilidades, a fim de desenvolver a prática do raciocínio jurídico e a competência para lidar com decisões politicamente relevantes e às vezes delicadas.

As aulas serão ministradas de modo a possibilitar a participação efetiva dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, convidando-os a questionar e debater, com padrão de reflexão crítica, os temas apresentados.

PLANO DE ENSINO:

Módulo I. DIREITO CONSTITUCIONAL (3 aulas) – aulas expositivas - Prof. Paulo Carmona

1.1 – Teoria da Constituição: concepções de Constituição; aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais; hermenêutica constitucional; poder constituinte originário e derivado.

1.2 – Sistema de proteção jurídica dos direitos fundamentais: distinções importantes; evolução dos direitos fundamentais; características; dimensões subjetiva e objetiva; destinatários; teoria dos Quatro Status de Jellinek.

1.3 – Direitos Sociais e sua efetividade: finalidade; sujeito passivo; classificação; teorias da reserva do possível, mínimo existencial e vedação do retrocesso; três problemas dos direitos sociais de acordo com Canotilho.

Módulo II. DIREITO À MORADIA (6 aulas) - seminários apresentados pelos alunos

2.1 - O campo do Direito Urbanístico: conceito de urbanismo, urbanização, urbanificação e de Direito Urbanístico; concepções do conceito de cidades; Carta de Atenas e Nova Carta de Atenas; evolução histórica do Direito Urbanístico no Brasil e no mundo; objeto e papel do Direito Urbanístico; legislação urbanística básica; interfaces com o Direito Civil, Ambiental e Agrário; autonomia do Direito Urbanístico.

2.2 – Direito à moradia como direito fundamental I: moradia, habitação e propriedade; Conteúdo, aplicabilidade e eficácia; direito de moradia na Constituição Federal de 88; moradia como efetivação da dignidade da pessoa humana.

2.3 – Direito à moradia como direito fundamental II: habitação como um problema social, a tutela jurídica dos cortiços e moradores de rua; sistema internacional de proteção do direito à moradia; déficit habitacional brasileiro.

2.4 – Direito de moradia no Direito Comparado: a tutela do direito de moradia nos sistemas jurídicos dos países europeus e latino-americanos.

2.5 – Política Habitacional Nacional: habitação na Constituição Federal; Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Programa de Arrendamento residencial para população de baixa renda.

2.6 – Política Habitacional Distrital: habitação na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF); política habitacional do DF; questão fundiária do DF; estratégia de oferta de áreas habitacionais no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT/DF).

Módulo III. TEMAS CORRELATOS AO DIREITO DE MORADIA (8 aulas) - seminários apresentados pelos alunos

3.1 – Direito de construir e seus limites: fundamento; restrições de vizinhança; limitações administrativas: licenças e autorizações urbanísticas, poder de polícia, elementos do traçado urbano; Código de Edificações do Distrito Federal.

3.2 – Saneamento básico: disciplina na Constituição Federal de 88; saneamento básico como fator determinante da política urbana; Política Nacional de saneamento básico: princípios, competência e titularidade, gestão e prestação regionalizada, papel dos consórcios públicos, planejamento e regulação; saneamento ambiental no PDOT/DF.

3.3 – Sistema de Direito Registral Imobiliário: evolução do registro imobiliário no Brasil; princípios; diferentes sistemas de registros públicos; registro da propriedade imobiliária e a Lei de Registros Públicos; matrícula, registro, averbação, cancelamento e retificação.

3.4 – Parcelamento do Solo Urbano: conceito e fases; espécies: desmembramento, loteamento, desdobro do lote, remembramento ou reparcelamento do solo; concurso voluntário; loteamentos fechados; loteamentos ilegais: irregulares e clandestinos.

3.5 – Regularização Fundiária Urbana I: evolução da legislação federal; Nova Lei Federal de Regularização Fundiária Urbana (Lei nº 13.465/2017); conceito, princípios, legitimidade e espécies de regularização fundiária urbana.

3.6 – Regularização Fundiária Urbana II: procedimento da Reurb; demarcação urbanística; competências; Reurb no Distrito Federal e estratégia de regularização fundiária urbana no PDOT.

3.7 – Instrumentos de Regularização Fundiária Urbana I: analise do rol do art. 4º do Estatuto da Cidade; introdução aos instrumentos da Reurb; CDRU – Concessão de Direito Real de Uso; CUEM – Concessão de uso especial para fins de moradia; usucapião especial urbana; zonas especiais de interesse social (ZEIS).

3.8 – Instrumentos de Regularização Fundiária Urbana II: Direito Real de Laje; Condomínio de Lotes, Condomínio Urbano Simples e Conjuntos Habitacionais; Arrecadação de Imóveis Abandonados.

AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO:

A disciplina contará com três critérios de avaliação autônomos que, reunidos e ponderados, formarão a menção final dos alunos, segundo o padrão fixado pelo UniCEUB.

O primeiro critério é a participação em sala de aula, aferida não só pelas intervenções dos alunos, mas também pela leitura dos textos da bibliografia básica obrigatória oferecida no cronograma abaixo.

O segundo critério é o desempenho do aluno no seminário a ser apresentado sobre um dos temas selecionados. Para tanto, serão considerados, entre outros, aspectos como a pesquisa que fundamenta a exposição, a didática na apresentação do conteúdo e a capacidade crítica do expositor. Por ocasião da apresentação do seminário, o aluno deverá apresentar 5 questões, no mínimo, para debate.

Por fim, a fixação da menção final levará em consideração o trabalho monográfico ou artigo científico que cada aluno deverá apresentar ao final do semestre, acerca do tema de seu seminário. As regras para elaboração do trabalho em questão, que terá peso mais elevado em relação aos demais critérios de avaliação, englobam exigências de conteúdo e de forma (padrão ABNT). Máximo para monografia: 50 páginas; artigo científico: 20 páginas.

Data limite para entrega do trabalho monográfico ou artigo científico: 31/08/2019. Local: secretaria do mestrado.

BIBLIOGRAFIA:

Todos os textos do plano de ensino serão disponibilizados na pasta do professor na xerox do térreo do Bloco III (pasta 27).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Direito Constitucional:

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado.* 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAMPAIO, Marcos. *O conteúdo essencial dos direitos sociais.* São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Direito Urbanístico:

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. *Curso de Direito Urbanístico.* Salvador: Juspodivm/FESMPDFT, 2015.

NALINI, José Renato. *Direitos que a cidade esqueceu*. São Paulo: RT, 2012.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. *Direito à Moradia e de Habitação. Análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas om os direitos de personalidade.* 2ª ed. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. *Los derechos sociales como derechos exigibles*. Madrid: Trotta, 2002.

AGHIARIAN, Hércules. *Curso de Direito Imobiliário.* 12ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2005.

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (orgs.). *Direito à Moradia e Segurança da posse no Estatuto da Cidade. Diretrizes, Instrumentos e Processos de Gestão.* Belo Horizonte: Fórum, 2004.

ANDRADE, Luciana da Silva; DEMARTINI, Juliana; CRUZ, Rogério. *A banalidade do mal na arquitetura: desafios de projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida*. E-metropolis, Rio de Janeiro, n.17, p. 52-61, jun., 2014.

BARDET, Gaston. Trad. Flávia Cristina S. Nascimento. O urbanismo. 2ª ed. Série Ofício de Arte e Forma. Campinas-SP: Papirus, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRAGA, Rodrigo Bernardes. *Parcelamento do solo urbano. Doutrina, Legislação e Jurisprudência de acordo com o novo Código Civil.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

CASTANHEIRO, Ivan Carneiro. *Breves considerações sobre a atuação do Ministério Público em área de risco.* In: Temas de Direito Urbanístico 6 – Áreas de Risco. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Ministério Público do Estado de São

Paulo, 2012, p. 139-173.

CASTRO, Sandra Costa Siaines de. *Loteamentos Irregulares e Clandestinos: A Cidade e a Lei*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CORDEIRO, Carlos José. *Usucapião Constitucional Urbano – aspectos de direito material.* São Paulo: Max Limonad, 2001.

DEL NEGRI, André. *A Divisão no Espaço Urbano.* Belo Horizonte: Fórum, 2012.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. *Gestão de resíduos sólidos*. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 15, n. 81, p. 205-215, set./out. 2013.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. *A Lei e a Ilegalidade na Produção do Espaço Urbano.* Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coords.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar.* Belo Horizonte: Fórum, 2014.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Disciplina urbanística da propriedade.* 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

GALHARDO, João Baptista. *O registro do parcelamento do solo para fins urbanos.* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

GEHL, Jan. *La Humanización del Espacio Urbano. La vida social entre los edifícios.* Barcelona: Reverté, 2006.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades.* Tradução de Carlos S. Mendes Rosa, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOPES, João Marcos de Almeida; SHIMBO, Lúcia Zanin. *Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV*. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 229-253.

MATTOS, Liana Portilho. *A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do Estatuto da Cidade.* Rio de Janeiro: Temas & Idéias Editora, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito de construir.* 9ª ed. Atualizada por AZEVEDO, Eurico de Andrade; DALLARI, Adilson Abreu & DI SARNO, Daniela Libório. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOTA, Carolina (coord.). *Saneamento básico no Brasil. Aspectos jurídicos da Lei Federal nº 11.445/07.* São Paulo: Quartier Latin, 2010.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (orgs.). *Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. 2ª ed. Brasília: Ed. Unb, 2010.

PICININ, Juliana; FORTINI, Cristiana (orgs.). *Saneamento básico. Estudos Pareceres à luz da Lei nº 11.445/2007.* Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.* 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. *Loteamentos Urbanos – natureza jurídica.* São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. *Regime jurídico das Licenças.* São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SALLES, Venicio Antônio de Paula. *Direito Registral Imobiliário*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SÁNCHEZ GARCÍA, Anna B.; PLANDIURA RIBA, Roser. *La provisionalidad del régimen de protección oficial de la vivienda pública en España*. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(090). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(090).htm>

SAULE JÚNIOR, Nelson. (coord.) *Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social à luz do novo marco legal urbanístico*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

_____. *A Proteção jurídica da Moradia nos Assentamentos Irregulares.* Porto Alegre:

Sérgio Antônio Fabris Editor, 2004.

_____. (org.) *A Perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana na Revisão da Lei do Parcelamento do Solo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde*. Saúde e Sociedade v.13, n.1, p. 56-69, jan./abr. 2004.

* * *